

História e preconceito Economia-Brasil

SIMPATIA NÃO É RAZÃO PARA RESGATAR A LAMENTÁVEL POLÍTICA MACROECONÔMICA DE JK

MARCELO DE PAIVA ABREU

Entre as mais brutais histórias da mitologia grega seguramente está a do leito de Procu-
stes, malfeitor da Ática que, depois de roubar os viajantes, os coloca-
va em uma cama. Se fossem meno-
res do que a cama, eram esticados em uma roda; se fossem maiores, ti-
nham seus pés cortados. Procedi-
mento equivalente é utilizado em cer-
tas interpretações da história. Se os
fatos não correspondem a uma inter-
pretação pré-concebida são “traba-
lhados” de tal forma que o preconcei-
to original permanece incólume.

Foi uma memorável quinzena em que muitos “desenvolvimentistas” saíram do closet e em que finalmen-
te se explicitaram
publicamente dife-
renças na coalizão
governamental a
respeito da ênfase
das políticas públi-
cas a médio prazo.
Apologistas do “de-
senvolvimentis-
mo”, contrariados

pelos lembraças das imprudências macroeconômicas do presidente Ku-
bitschek nos anos 50, puseram-se em ação, lançando mão da metodologia de Procu-
stes aplicada à história. Veio à luz, por exemplo, o curioso argumento de que é fundamental, sob pena de cometer-se grave injusti-
ça, ser capaz de perceber a diferença entre o Juscelino, condenável, da
construção de Brasília e o Juscelino, louvável, dos grupos executivos seto-
riais. Na defesa da política econô-
mica de JK os refletores recaem sobre Lucas Lopes como representante do que há de melhor no governo Kubitschek. Mas, curiosamente, só é lem-

brado o Lucas Lopes do Plano de Me-
tas, e não o Lucas Lopes do Progra-
ma de Estabilização Monetária de
1958-1959, tristemente sacrificado
com programa e tudo, exatamente
por criar obstáculos ao crescimento
do gasto público.

Uma visão equilibrada da Presi-
dência de JK exige que não se ocul-
tem as proporções de sua irrespon-
sabilidade macroeconômica, qualquer
que possam ter sido os méritos de al-
gumas de suas políticas setoriais. Pa-
ra isto nada melhor do que recorrer
ao juízo das políticas de JK que fazia
Lucas Lopes, o expoente maior do
“desenvolvimentismo sadio”. Os
próximos parágrafos, que vêm de Lu-
cas Lopes (*Memórias do desenvolvi-
mento*, Centro da Memória da Eletric-
idade do Brasil, Rio de Janeiro, 1991, pág. 219), constituem elemen-
to importante para dirimir dúvidas que

ainda possam res-
tar sobre o balanço
da gestão macroecon-
ômica entre 1956 e

1961: “Eu fui um dos mais violentos monetaristas durante um certo pe-
ríodo, porque recebi o Ministério da Fazenda num momento em que ti-
nha de lutar para que sobrevivesse o valor da moeda, para que a inflação
não chegasse a um nível fora de con-
trole. Tive de conviver com Juscelino, que era um desenvolvimentista à
outrance, que pouco se incomodava com esses problemas. Era o efeito da
deseducação do povo brasileiro em
termos de política monetária e finan-
ceira. Os políticos brasileiros não
acreditavam em inflação, acreditava-
vam em obras bem-feitas. Pouco se
incomodavam se essas obras resulta-
vam ou não de um processo inflacio-
nário, de emissão de recursos.

A ideia de Juscelino e de todo uni-
verso político em que vivíamos era
que a execução de obras criaria con-
dições para que nos anos seguintes
existissem elementos de recupera-
ção. Não havia julgamento se, ao exe-
cutar as obras, se estaria criando um
processo perverso de inflação que
tornaria inviável o prosseguimento
da política de desenvolvimento. Fal-
tou sempre um senso de equilíbrio, a
noção de até que ponto era possível
concordar com uma pressão inflacio-
nária para no futuro poder recupe-
rar esse processo com o desenvolvi-
mento econômico. Dizia-se: ‘O de-
senvolvimento econômico compen-
sarará as dificuldades que estão surgi-
do no excesso de inflação.’ É uma fa-
se ótima a de fazer, a de gastar. É
muito difícil chegar num momento e
dizer: ‘Agora não se pode mais gas-
tar porque a consequência será um
processo incontrolável de inflação.’

Houve realmente no Brasil, um
período, não direi de orientação ise-
biana ou cepalina, mas de orienta-
ção desenvolvimentista, em que pre-
valeceu a ideia de que tínhamos
uma vocação para crescer e era preci-
so crescer de qualquer forma. Todos
nós queremos crescer, mas a partir
de um certo momento aqueles que
convivem mais de perto com os pro-
blemas sabem que o crescimento é li-
mitado por fatores inelutáveis. Um
dos mais graves é um processo infla-
cionário sem controle. A ausência de
recursos no balanço de pagamentos,
o endividamento externo que absor-
ve a capacidade de execução, a mora-
tória, tudo isso são coisas que terí-
mos dado tudo para evitar se tivésse-
mos tido a responsabilidade de con-
dizir o processo desde o início.”

Ainda no terreno do uso da histó-
ria para justificar políticas do presen-
te: os mandatos sucessivos do presi-
dente Fernando Henrique tem sido
mencionados como guardando semel-
hança com os de Campos Sales e
Rodrigues Alves, de 1898 e 1906. Campos Sales estabilizou a econo-
mia, Rodrigues Alves deu priorida-
de ao crescimento. Mas, embora econo-
mia tenha crescido, modestamente,
sob Rodrigues Alves, é necessário
enfatizar que a gestão macroeconô-
mica prudente, especialmente fiscal,
continuou durante seu quadriênio.
O paradigma Campos Sales-Rodri-
gues Alves fazia sentido como ori-
entação estratégica do atual governo,
digamos até a metade do primeiro
mandato. O afastamento em relação
ao paradigma foi, entretanto, sendo
gradativamente ampliado: em con-
traste com a herança deixada por
Campos Sales, a estabilização no iní-
cio de 1999 estava inacabada e continua
sob ameaça; o ajuste fiscal é insufi-
ciente. Se, com a estabilização
não consolidada, o governo partir pa-
ra a adoção de políticas expansionis-
tas, o paradigma histórico de plan-
tão deve ser alterado: saem Campos
Sales-Rodrigues Alves, entra um pa-
radigma do tipo “pau na máquina”.
Pode ser Epitácio Pessoa, ou JK,
não há falta de exemplos. Talvez se-
ja ingenuidade pretender a esta altu-
ra interferir com a insistência de
muitos na adoção de políticas que po-
dem resultar no pior dos mundos.
Mas que sejam buscadas na história
as lições corretas: a ênfase no cresci-
mento a qualquer custo resultará, no
médio prazo, em estagnação e fracas-
so da estabilização.

**Lição histórica:
crescimento a
qualquer custo
resulta em
estagnação e fim
da estabilização**

■ Marcelo de Paiva Abreu é professor do
Departamento de Economia da PUC-Rio